

Os Desafios no Uso de Tecnologias na Governança Eletrônica: o que diz a produção acadêmica nacional?

Challenges in the Use of Technologies in Electronic Governance: what does national academic production say?

Mirella Patrícia Bonfim Neves^{*1}, Maria Iraê de Souza Corrêa¹, Angela Cristina Rocha de Souza¹, Ionete Cavalcanti de Moraes¹

¹*Departamento de Administração, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Pernambuco, Brasil.*

INFO ARTIGO

Palavras-chave:

Governança eletrônica,
Governo eletrônico,
Administração pública,
Tecnologia da informação
e comunicação.

RESUMO

Um passo decisivo para o aprofundamento nos estudos sobre as práticas de governança eletrônica na administração pública é a investigação da produção acadêmica sobre a temática, de modo que se possa elaborar uma visão sistematizada do que diz a academia brasileira. Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar a produção acadêmica nacional acerca do uso das tecnologias nas práticas de governança eletrônica no âmbito da gestão pública. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura e os resultados apontaram diversos desafios, entre os quais a subutilização do potencial interativo do ambiente virtual, a desigualdade entre os cidadãos na acessibilidade aos portais públicos, a discrepância entre os diferentes municípios no que se refere à infraestrutura e à apropriação das TICs, a inobservância de diversos aspectos da Lei de Acesso à Informação - LAI. Conclui-se que os desafios identificados se referem, principalmente, a aspectos contextuais nos quais o ritmo da mudança dos gestores públicos e a mobilização dos cidadãos encontram-se, muitas vezes, em descompasso com as possibilidades tecnológicas contemporâneas.

ARTICLE INFO

Keywords:

Electronic governance,
Electronic government,
Public administration,
Information and
communication
technology.

ABSTRACT

A decisive step for deepening the studies on the practices of electronic governance in public administration is the investigation of the academic production on the subject, so that a systematized view about what the Brazilian academy says can be elaborated. Thus, the general objective of this research was to analyze the national academic production about the use of technologies in the electronic governance practices in the public management. A systematic literature review was conducted and the results pointed to several challenges, including the underutilization of the interactive potential of the virtual environment, the inequality among citizens in accessibility to public portals, the discrepancy between the different municipalities in terms of infrastructure and appropriation of ICTs, failure to comply with various aspects of the LAI. It is concluded that the identified challenges refer mainly to contextual aspects in which the pace of change of public managers and the mobilization of citizens are often out of step with contemporary technological possibilities.

* Correspondência para autor:

mirellbonfim@gmail.com (Neves, M. P. B.) (ORCID: 0000-0001-6864-8856), mariairae@hotmail.com (Corrêa, M. I. S.) (ORCID: 0000-0002-8958-6583), acsouza@gmail.com (Souza, A. C. R.) (ORCID: 0000-0001-6349-5168), ionetemoraes@gmail.com (Moraes, I. C.) (ORCID: 0000-0003-0621-618X).

<http://dx.doi.org/10.21714/1679-18272019v17Esp.p134-148>

1679-1827 © 2019 Gest@o.org.

1. Introdução

Nas últimas décadas, a introdução de novas tecnologias na administração pública tem levado a transformações em processos internos de gestão, de modo geral justificados pela necessidade de um “maior controle social na exigência de melhoria na prestação de serviços públicos e ampliação de espaços democráticos” (FREITAS; LUFT, 2014, p. 59). Este uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) como viabilizadores de um novo modelo de gestão pública estão na base do que os autores chamam de governo eletrônico ou e-governo (PEREIRA, 2014; FREITAS; LUFT, 2014). Ou ainda, um termo de sentido mais amplo, a governança eletrônica (FREITAS; LUFT, 2014).

O governo eletrônico e, de modo mais amplo, a governança eletrônica, contemplam uma política que se baseia em três ideias fundamentais: participação cidadã; melhoria do gerenciamento interno do Estado; e integração com parceiros e fornecedores (BRASIL, 2019). Boa parte dessas expectativas se assenta na difusão da Internet e sua capacidade de integrar diferentes formas de comunicação e tipos de conteúdo, devido a sua estrutura descentralizada. Há ainda uma associação entre a capacidade de processamento de informações, comunicação e acessibilidade (VAZ, 2003; 2008). As TICs são valorizadas, nesse contexto, não só na perspectiva de ganhos em eficiência e qualidade dos serviços, mas também como um caminho para democratizar o acesso à informação, ampliar o debate e incentivar a participação dos cidadãos na elaboração de políticas públicas (CAPELLA, 2010; FREY, 2017).

Existem, contudo, algumas barreiras que podem afetar a efetividade do governo eletrônico, e uma delas é a barreira de acesso. O crescimento e popularização das TICs deveria incentivar a implementação de diversas políticas de inclusão digital direcionadas a grupos de pessoas menos favorecidas e nos mais diversos lugares do país (FREITAS; LUFT, 2014), de forma que os avanços no governo eletrônico fossem proporcionais aos esforços para superar as barreiras digitais (UNITED NATIONS, 2016). Contudo, a desigualdade de acesso à Internet ainda é uma realidade de cerca de 27,1 milhões de domicílios brasileiros, especialmente aos pertencentes às classes D/E e moradores da área rural (CGI, 2017b).

A barreira de acesso, contudo, não se refere apenas às desigualdades de acesso à Internet, pois ainda existe a necessidade de qualificação desse acesso (VAZ, 2003). Essa qualificação pode se dar, ainda segundo o autor, em primeiro lugar, por meio do entendimento dos tipos de políticas e equipamentos públicos utilizados, ou pelo incentivo ao acesso a serviços públicos por meio eletrônico. Em segundo lugar, temos a exclusão digital interna aos órgãos públicos, referentes a barreiras gerenciais, operacionais e institucionais, como por exemplo, a falta de capacidade de gerenciamento de TICs de larga escala (VAZ, 2003). São citadas, ainda, barreiras de integração. Como dito por Vaz (2003, p. 75),

a organização da administração pública em departamentos estanques e com intercomunicação formal e lenta desestimula práticas de integração de processos, sistemas e aplicações. Resistências burocráticas e de decisores públicos e outros fatores ligados à dinâmica política interna dos governos podem alimentar essas barreiras.

E, também, barreiras com relação a acessibilidade, em que se leva em consideração a dificuldade de acesso aos portais eletrônicos. Como dito por Silva e Rue (2015, p. 333),

o potencial democrático das TICs somente terá reais perspectivas de concretização caso o governo eletrônico seja pensado sob uma ótica que leve em consideração as diferentes realidades culturais, sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira, a exemplo das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência.

As considerações apresentadas apontam para a importância do aprofundamento de estudos sobre as práticas de governança eletrônica na administração pública e seus desafios. Um passo decisivo consiste em conhecer a produção acadêmica acerca das questões aqui apontadas, formando um quadro que irá contribuir não apenas para ampliar o entendimento sobre o tema, como também para sinalizar novos caminhos de pesquisa. Desse modo, partindo da questão norteadora: “O que diz a produção acadêmica nacional acerca do uso das tecnologias nas práticas de governança eletrônica na gestão pública?”, realizamos uma revisão sistemática da literatura, conforme descrição na seção de procedimentos metodológicos.

Com base no exposto, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar a produção acadêmica nacional acerca do uso das tecnologias nas práticas de governança eletrônica, no âmbito da gestão pública. Para isso, foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: a) Levantar artigos científicos sobre o tema, publicados em

periódicos de Qualis-CAPES de A1, A2, B1 e B2, nos últimos cinco anos (2014-2019); b) Selecionar artigos cujos objetivos estejam relacionados a pergunta de pesquisa deste trabalho; c) Sintetizar os desafios no uso das TICs nas práticas de governança eletrônica no âmbito da gestão pública.

2. Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e Governança Eletrônica

Os conceitos de governo eletrônico e governança eletrônica são definidos pelos pesquisadores por vezes campos distintos, ora como sinônimos, estabelecendo-se um conflito conceitual. Contudo, com base em análises de Freitas e Luft (2014, p. 60), podemos considerar que:

o termo Governo Eletrônico centra-se em uma visão de governabilidade, sinalizando como opera, trabalha e se organiza a sociedade à qual o governo deve assegurar o acesso e a participação em diversas redes de informação. Já a Governança Eletrônica, possui um sentido mais amplo e abarca o conceito de governo eletrônico, o qual teria como foco as tarefas gerenciais, além das formas de participação cidadã (e-democracia) que conduzem à interação cidadania-governo.

Associado a movimentos de reforma do Estado e à nova gestão pública, o termo governo eletrônico surgiu no final dos anos 1990 (PRZEYBILOVICZ; CUNHA; MEIRELLES, 2018), sendo seu surgimento relacionado à necessidade de maior eficiência do governo, à migração da informação baseada em papel para mídias eletrônicas, às forças provenientes dos movimentos de reforma do Estado e à modernização da gestão pública (DINIZ; BARBOSA; JUNQUEIRA; PRADO, 2009). No início, o termo governo eletrônico estava mais ligado à prestação de serviços eletrônicos e obtenção de eficiência administrativa, mas, mais recentemente, incorporou o uso dos meios digitais como suporte a arranjos mais plurais e democráticos na gestão pública (UNITED NATIONS, 2016; PRZEYBILOVICZ, CUNHA; MEIRELLES, 2018). As tecnologias da informação e comunicação (TICs) foram introduzidas, nesse contexto, com expectativas quanto ao seu enorme potencial democrático (RAUPP, 2014), pela forma como aceleravam a mudança nos padrões de relacionamento entre governo e sociedade.

A elaboração de modelos inovadores de relacionamento governo-sociedade, baseados nas novas tecnologias, envolve o uso das TICs para a criação de novos espaços de participação da sociedade, pelo estabelecimento de ambientes virtuais com o intuito de estimular e apoiar a cooperação voluntária da comunidade por meio da formação de redes (CUNHA; MIRANDA, 2013). Além disso, quando bem utilizadas, os governos têm considerado as TICs como uma ferramenta importante para atingir metas, para o desenvolvimento econômico e social, redução da corrupção, melhoria da qualidade dos serviços públicos, menores custos e aumento da transparência (PRZEYBILOVICZ, CUNHA; MEIRELLES, 2018). Contudo, alguns pesquisadores discordam dessa visão mais otimista. Cunha, Coelho e Pozzebon (2014, p. 298) afirmam que

o desenvolvimento da era da informação sugere um aumento da distância entre os que detêm o poder e aqueles que a ele não têm acesso, mais riqueza para os ricos e maior controle para os mais preparados para exercê-lo (tais como os governos e as grandes empresas).

Para conhecer profundamente os desafios das TICs, então, são necessárias ações para a identificação da qualidade dos governos eletrônicos na gestão pública de uma localidade. No contexto de políticas públicas baseadas em resultados concretos e mensuráveis, especialmente em políticas direcionadas à transformação digital de governos em que se considera a velocidade das mudanças tecnológicas, é essencial contar com ferramentas de monitoramento e avaliação dos governos eletrônicos (CGI, 2017a). Como, por exemplo, a TIC Governo Eletrônico.

A TIC Governo Eletrônico (CGI, 2017a), pesquisa publicada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil¹, fala do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no setor público brasileiro. Alguns resultados alcançados pela pesquisa publicada em 2017 podem ser vistos no Quadro 1.

Com relação a ações da prefeitura de uso de TICs na gestão urbana, temos:

- a) Bilhete ou cartão eletrônico aos cidadãos para uso de transporte público (81%)
- b) Semáforos inteligentes controlados à distância (69%)
- c) Ônibus municipais com dispositivos de GPS que envia informações de localização e velocidade dos veículos (58%)
- d) Sensores para monitoramento de áreas com risco de enchentes, alagamentos ou outros desastres naturais (50%)

<ul style="list-style-type: none"> e) Espaços de inovação, coworking ou espaços compartilhados de trabalho para micro e pequenas empresas (38%) f) Sistema de iluminação inteligente que permite a medição de consumo de energia ou alteração à distância da iluminação de áreas do município (31%)
Com relação ao conteúdo que as prefeituras publicam pela Internet, temos:
<ul style="list-style-type: none"> a) Contas públicas ou prestação de contas (96%) b) Compras, licitações ou compras eletrônicas (93%) c) Legislação (88%) d) Contratos (84%) e) Lista de salários dos servidores públicos (82%) f) Diário oficial on-line (72%) g) Documentos com os resultados dos objetivos, planos e metas (64%) h) Documentos com os objetivos, planos e metas (59%) i) Catálogo de serviços públicos (55%)
Com relação às formas de participação do cidadão pela Internet realizadas nos últimos 12 meses, temos:
<ul style="list-style-type: none"> a) Consulta pública <i>on-line</i> (40% dos órgãos federais, 16% dos órgãos estaduais) b) Enquete <i>on-line</i> (28% dos órgãos federais, 18% dos órgãos estaduais) c) Fóruns ou comunidades <i>on-line</i> (22% dos órgãos federais, 12% dos órgãos estaduais) d) Votação <i>on-line</i> (15% dos órgãos federais, 8% dos órgãos estaduais)

Quadro 1 – Resultados da TIC Governo Eletrônico.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019), com base na pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no setor público brasileiro (CGI, 2017a).

Observa-se, com base no CGI (2017a), ações quanto ao uso das TICs na gestão urbana, evidenciando um avanço na presença do governo eletrônico na administração das cidades. Outra observação diz respeito aos avanços relacionados à quantidade de prefeituras que disponibilizam conteúdos de caráter público na Internet, cumprindo com os preceitos de transparência e prestação de contas que são positivamente associados a programas de governo eletrônico (RAUPP, 2014). Em contrapartida, ainda são poucas as formas de participação do cidadão viabilizadas pela Internet. E das poucas opções ofertadas, ainda é pequeno o número de órgãos públicos federais e estaduais que aderiram a participação popular por meio digital (CGI, 2017a).

Além disso, existem alguns motivos que influenciam a participação da sociedade a práticas políticas por meio digital. De modo a conhecê-los, a TIC Domicílios 2017 fez um levantamento dos usuários de internet que não usaram governo eletrônico nos últimos 12 meses, alencando causas para sua não utilização (CGI, 2017b). Veja o Quadro 2.

		Porque os serviços que precisou não estavam disponíveis na Internet	Porque os serviços que precisou eram difíceis de encontrar	Porque preferiu fazer o contato presencial	Porque se preocupa com proteção e segurança dos dados	Porque usar a Internet para contato com o governo é complicado
ÁREA	Urbana	20%	24%	67%	51%	51%
	Rural	20%	29%	64%	44%	53%
REGIÃO	Sudeste	18%	22%	66%	47%	49%

	Nordeste	22%	27%	66%	54%	55%
	Sul	17%	25%	69%	48%	49%
	Norte	31%	38%	64%	56%	58%
	Centro-Oeste	23%	22%	71%	51%	51%
SEXO	Masculino	20%	27%	62%	46%	50%
	Feminino	20%	23%	69%	53%	52%
GRAU DE INSTRUÇÃO	Analfabeto/Educação Infantil	23%	37%	64%	46%	58%
	Fundamental	18%	28%	69%	51%	56%
	Médio	24%	25%	65%	53%	51%
	Superior	10%	10%	64%	37%	31%
CLASSE SOCIAL	A	6%	4%	53%	18%	33%
	B	16%	20%	65%	46%	39%
	C	20%	24%	68%	52%	53%
	DE	24%	32%	66%	52%	57%
FAIXA ETÁRIA	16 a 24 anos	15%	21%	49%	39%	42%
	25 a 34 anos	24%	30%	68%	52%	54%
	35 a 44 anos	25%	23%	71%	58%	55%
	45 a 59 anos	19%	28%	76%	55%	56%
	60 anos ou mais	16%	20%	75%	44%	48%
	TOTAL	20%	25%	67%	50%	51%

Quadro 2 – Resultados da TIC Domicílios.

Fonte: Adaptado de CGI (2017b).

Percebe-se, então, fatores que impactam os mais variados perfis de usuários no uso das tecnologias na governança eletrônica. Desse modo, em que pese os reconhecidos avanços nos processos de governança pública, impulsionados pelas novas tecnologias, diversas publicações têm apontado obstáculos cuja natureza precisa ser melhor compreendida. Um passo inicial, importante para essa compreensão, é a análise das publicações acadêmicas sobre o tema. Na próxima seção apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho, visando atingir seu objetivo geral.

3. Procedimentos Metodológicos

Como abordagem metodológica de pesquisa, foi desenvolvida uma revisão sistemática da literatura sobre o uso de tecnologias nas práticas de governança eletrônica no âmbito da administração pública. Segundo Cassundé, Barbosa e Mendonça (2018), tais revisões são importantes para identificar e avaliar fluxos de informação e auxiliar no estabelecimento do estado da arte dos diferentes temas de pesquisa. Ainda segundo os autores, três etapas precisam ser consideradas ao realizar uma revisão sistemática, quais sejam: primeiro, a definição do objetivo da revisão; em seguida, a identificação da literatura; e por último, a seleção dos possíveis estudos a serem incluídos (CASSUNDÉ, BARBOSA, MENDONÇA, 2018).

Seguindo as etapas indicadas acima, os dados utilizados no presente estudo foram coletados por meio da busca de artigos científicos em portais de periódicos SciELO (<https://www.scielo.org>), Portal CAPES (<https://www.periodicos.capes.gov.br/>) e SPELL (<http://www.spell.org.br/>), todos nacionais e com acesso aberto a publicações. O SciELO foi criado em 1999 e disponibiliza artigos publicados por instituições nacionais dos países ibero-americanos e da África do Sul. Já o Portal de Periódicos da Capes, criado em 2000, oferece acesso aberto a textos completos disponíveis em publicações periódicas, internacionais e nacionais, cobrindo todas as áreas do conhecimento. O SPELL, por sua vez, iniciou suas atividades em 2012 e disponibiliza produções científicas de periódicos nacionais nas áreas de Administração Pública e de Empresas, Contabilidade e Turismo.

Os critérios de inclusão dos artigos encontrados estão expostos no Quadro 3. Foram excluídos todos os artigos que não atenderam os critérios de inclusão abaixo.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO
Artigos encontrados nas bases de dados SciELO, Portal CAPES e SPELL, na íntegra e gratuitamente;
Artigos publicados em português;
Artigos publicados nos últimos 5 anos (2014-2019);
Artigos científicos publicados em revistas científicas;
Artigos publicados em revistas científicas de Qualis-CAPES A1, A2, B1 e B2, com base nas classificações de periódicos quadriênio 2013-2016;
Artigos que fossem relevantes para a temática e a pergunta de pesquisa do estudo.

Quadro 3 – Critérios de inclusão dos artigos.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Escolheu-se pesquisar apenas em artigos publicados em periódicos pois a análise desses trabalhos tende a ser mais criteriosa, devido a revisão por pares, sendo comumente selecionadas contribuições de qualidade e rigor acadêmico. Já a escolha pela delimitação de artigos em português foi devido às revistas nacionais, em sua grande parte, disponibilizarem a versão em português de artigos publicados em outras línguas. Para localizar tais artigos, foram utilizados os seguintes termos de busca: “governança eletrônica + gestão pública”; “governo eletrônico + gestão pública”; “*e-government* + gestão pública”. A inserção do termo de busca “gestão pública” se deve ao fato de que, esta expressão selecionou os trabalhos voltados à administração pública, propósito deste artigo. Os resultados encontrados estão apresentados na seção que se segue.

4. Resultados

4.1 Perfil das publicações encontradas nas bases de dados

Nesta seção, será descrita a forma como foi realizada a pesquisa nas bases de dados, assim como o perfil das publicações encontradas e selecionadas para o estudo. De início, ao realizar as buscas nas bases de dados utilizando as palavras-chave e outros critérios já mencionados, como acesso livre, idioma português e espaço temporal (2014-

2019), foram encontrados 21 artigos no SciELO, 104 artigos no Portal CAPES e 22 artigos no SPELL.

A etapa seguinte foi filtrar, manualmente, os artigos publicados em revistas científicas de Qualis-CAPES A1, A2, B1 e B2, com base no último Qualis (2016) disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nesta etapa, também foram analisados os resumos e palavras-chave dos trabalhos, com o intuito de descobrir a sua relevância para a temática e a pergunta de pesquisa do estudo. Após essa etapa, restaram 26 artigos científicos relevantes para a pesquisa. Destes, pelo menos 15 foram encontrados em duas ou mais plataformas (duplicados). Dos 26 artigos selecionados, 12 foram encontrados no SciELO, 9 no Portal CAPES e 5 no SPELL.

Na Tabela 1, é possível observar a lista dos 26 artigos científicos selecionados, com informações acerca de autor(es), ano de publicação e título do artigo, em ordem crescente.

Autor(es) e ano	Título
Freitas e Luft (2014)	(1) Índice de governança eletrônica nos municípios: uma análise do estado de Sergipe
Cunha, Coelho e Pozzebon (2014)	(2) Internet e participação: o caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte
Franco, Rezende, Figueiredo e Nascimento (2014)	(3) Nível de divulgação eletrônica da contabilidade pública dos municípios do Paraná no ambiente da internet
Souza, Araujo, Araújo e Silva (2014)	(4) Análise das práticas de governança eletrônica dos municípios mais populosos do Brasil: um estudo baseado no modelo de Mello (2009)
Costa, Castro e Cappellozza (2014)	(5) Adoção e uso de portais de governo eletrônico no ambiente do sistema nacional de ciência e tecnologia e inovação: um estudo baseado no modelo UTAUT
Oliveira e Pisa (2015)	(6) IGovP: índice de avaliação da governança pública - instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão
Bernardes, Santos e Rover (2015)	(7) <i>Ranking</i> das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação
Silva e Rue (2015)	(8) A acessibilidade nos sites do Poder Executivo estadual à luz dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência
Raupp, Abreu e Abreu (2015)	(9) Disponibilização de Informações à Sociedade em Meios Eletrônicos: um estudo nas prefeituras dos maiores municípios brasileiros
Bairral, Silva e Alves (2015)	(10) Transparência no Setor Público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010
Freitas, Lima e Lima (2015)	(11) Os desafios ao desenvolvimento de um ambiente para participação política digital: o caso de uma comunidade virtual legislativa do projeto e-Democracia no Brasil
Rampelotto, Löbler e Visentini (2015)	(12) Avaliação do sítio da Receita Federal do Brasil como medida da efetividade do governo eletrônico para o cidadão

Wegner, Schröder e Hoff (2015)	(13) Governo Eletrônico: Análise de Websites dos Governos Municipais do Vale do Rio Pardo (RS)
Braga e Gomes (2016)	(14) Participação eletrônica e suas relações com governo eletrônico, efetividade governamental e <i>accountability</i>
Sampaio (2016)	(15) e-Orçamentos Participativos como iniciativas de e-solicitação: uma prospecção dos principais casos e reflexões sobre a e-Participação
Gama e Rodrigues (2016)	(16) Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras
Silva, Paiva Junior e Sousa Júnior (2016)	(17) Aplicação da Governança Eletrônica na área de educação pública: o caso do Portal Sistema de Informações da Educação de Pernambuco – SIEPE
Vaz (2017)	(18) Transformações tecnológicas e perspectivas para a gestão democrática das políticas culturais
Salgado e Aires (2017)	(19) Governo eletrônico no Rio Grande do Norte: uma avaliação de prefeituras municipais a partir de lei de acesso à informação
Magnagnagno, Wiedenhöft e Luciano (2017)	(20) Redução dos Níveis de Corrupção no Brasil: Qual o papel da Tecnologia da Informação e Comunicação?
Klein, Gonçalves-Dias e Jayo (2018)	(21) Gestão de resíduos sólidos urbanos nos municípios da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê: uma análise sobre o uso de TIC no acesso à informação governamental
Przebylłowicz, Cunha e Meirelles (2018)	(22) O uso da tecnologia da informação e comunicação para caracterizar os municípios: quem são e o que precisam para desenvolver ações de governo eletrônico e <i>smart city</i>
Tavares, Cerquinho e Paula (2018)	(23) Participação virtual na gestão pública no âmbito municipal: Uma Análise dos Portais Eletrônicos das Capitais Brasileiras
Araujo, Reinhard e Cunha (2018)	(24) Serviços de governo eletrônico no Brasil: uma análise a partir das medidas de acesso e competências de uso da internet
Fabriz, Gomes e Mello (2018)	(25) Governança Eletrônica: Uma Análise Bibliométrica dos Periódicos Nacionais e Internacionais
Souza, Curi e Nuintin (2019)	(26) Práticas de Governo Eletrônico nos Municípios: Um Estudo da Mesorregião do Sul e Sudoeste do Estado de Minas Gerais

Tabela 1 – Artigos científicos selecionados.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

Como fora estabelecido nos critérios de inclusão, todos os artigos selecionados foram publicados entre 2014 e 2019. No Quadro 4, observa-se a distribuição dos artigos selecionados por ano de publicação. Percebe-se um destaque de publicações sobre o tema proposto em 2015.

ANO DE PUBLICAÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS					
2014	2015	2016	2017	2018	2019
5	8	4	3	5	1

Quadro 4 – Ano de publicação dos artigos selecionados.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

Além disso, foram diversos os periódicos escolhidos para a publicação desses artigos, como pode ser visto no Quadro 5. Todos os períodos são da área das Ciências Sociais Aplicadas e pertencem ao cenário nacional, com um destaque de maior quantidade de publicações na Revista de Administração Pública (RAP).

Periódicos e Qualis-CAPES	Quant.	Periódicos e Qualis-CAPES	Quant.
Revista de Administração Pública (A2)	8	Revista de Ciências da Administração (B1)	1
Organizações & Sociedade (A2)	2	Transformação (B1)	1
Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (B1)	2	Perspectivas em Ciência da Informação (B1)	1
Revista Eletrônica de Gestão Organizacional (B2)	2	Revista Brasileira de Gestão Urbana (B1)	1
Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade (B2)	2	Contabilidade, Gestão e Governança (B1)	1
Revista Desenvolvimento em Questão (B2)	2	Revista Catarinense da Ciência Contábil (B2)	1
Revista de Administração de Empresas (A2)	1	Cadernos Gestão Pública e Cidadania (B2)	1

Quadro 5 – Periódicos dos artigos selecionados.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

As metodologias utilizadas pelos artigos selecionados podem ser observadas no Quadro 6.

METODOLOGIAS UTILIZADAS			
Qualitativo	Quantitativo	Método Misto	Outras
5	4	3	14

Quadro 6 – Metodologia dos artigos selecionados.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

Os principais autores citados pelos artigos selecionados, por sua vez, estão no Quadro 7. Ao lado direito dos nomes, encontra-se a quantidade de vezes que utilizaram os autores como referência bibliográfica.

PRINCIPAIS AUTORES CITADOS	QUANT.	PRINCIPAIS AUTORES CITADOS	QUANT.
Pinho, J. A. G.	25	Braga, L. V.	6
Cunha, M. A. C.	21	Mello, G. R.	6
Barbosa, A. F.	16	Laia, M. M.	5
Diniz, E. H.	11	Lemos, I. S.	5
Prado, O.	11	Sampaio, R.	5
Raupp, F. M.	8	Bernardes, M. B.	5
Slomski, V.	8	Castells, M.	5
Miranda, P. R. M.	7	Rezende, D. A.	5
Junqueira, A. R. B.	7	Coleman, S.	5
Grönlund, A.	7	Holzer, M.	5
Ruediger, M. A.	7	Kim, S. T.	5
Agune, R. M.	6	Medeiros, P. H. R.	5
Beuren, I. M.	6	Platt Neto, O. A.	5

Quadro 7 – Principais autores dos artigos selecionados.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

Quanto às principais referências utilizadas nos artigos selecionados, observe o Quadro 8. Na coluna da direita, encontra-se a quantidade de vezes que os trabalhos foram utilizados como referência.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	AUTORES E ANO	QUANT.
Investigando portais do governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia.	Pinho, J. A. G. (2008)	13
O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise.	Diniz, E. H., Barbosa, A. F., Junqueira, A. R. B. e Prado, O. (2009)	8
O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional.	Cunha, M. A. V. C.; Miranda, P. R. M. (2013)	6
Digital governance in municipalities worldwide: a longitudinal assessment of municipal websites throughout the world.	Holzer, M.; Kim, S. T. (2005)	5
Governo eletrônico e democracia – uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública.	Ruediger, M. A. (2002)	5
Portais de serviços públicos e de informação ao cidadão: uma descrição do perfil do visitante.	Cunha, M. A. V. C.; Frega, J. R.; Lemos, I. S. (2011)	4

Uma análise dos sites de governos eletrônicos no Brasil sob a ótica dos usuários dos serviços e sua satisfação.	Damian, I. P. M. e Merlo, E. M. (2013)	4
Estudo das práticas de governança eletrônica: um instrumento de controladoria para tomada de decisões.	Mello, G. R. (2009)	4

Quadro 8 – Principais bibliografias referenciadas nos artigos selecionados.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

Segue, então, a análise dos desafios no uso das tecnologias na governança eletrônica em âmbito da gestão pública.

4.2 Os desafios no uso das tecnologias na governança eletrônica

Nesta seção, serão apresentados os desafios relacionados ao uso das TICs nas práticas de governança eletrônica que foram encontrados nos artigos selecionados na revisão sistemática. De modo a sintetizar os achados, os desafios foram organizados em blocos temáticos.

Um desafio presente na produção acadêmica é a proposição de indicadores de governança de modo a permitir o monitoramento e a avaliação das ações realizadas pela gestão pública na utilização das TICs para a melhoria dos processos governamentais (FREITAS; LUFT, 2014; COSTA; CASTRO; CAPPELLOZZA, 2014; OLIVEIRA; PISA, 2015; RAUPP; ABREU; ABREU, 2015; BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015; RAMPELOTTO; LÖBLER; VISENTINI, 2015; SALGADO; AIRES, 2017; MAGNAGNAGNO; WIEDENHÖFT; LUCIANO, 2017). Com base em critérios definidos, tais como índice de transparência digital e meios de contato direto com o cidadão, entre outros, busca-se observar princípios como efetividade, transparência, participação, equidade, confiabilidade, legalidade, comunicabilidade e acessibilidade, dentre outros aspectos. Assim, com o desenvolvimento de índices, os resultados dos municípios poderão ser comparados, produzindo-se séries históricas e ranking de performances da gestão pública no que se refere a práticas de governança eletrônica.

Outro bloco de desafios diz respeito às relações entre o porte dos municípios e suas práticas de governança eletrônica. Enquanto em alguns artigos selecionados foi identificado que, quanto maior o município, maior é o acesso às informações e serviços eletrônicos disponibilizados aos cidadãos, em outros, identificou-se o contrário. Em alguns dos artigos, percebeu-se que municípios de pequeno porte apresentaram resultados mais satisfatórios na relação entre resultados gerados e recursos disponíveis. Isso evidencia relações entre o porte do município, sua gestão e as práticas de governança eletrônica. Nos mais variados municípios, contudo, muitos são os descumprimentos legais observados nos seus portais: baixo nível de transparência nos relatórios de gestão, deficiências na divulgação obrigatória nos portais eletrônicos e baixa aderência às práticas de evidenciação voluntária (FRANCO; REZENDE; FIGUEIREDO; NASCIMENTO, 2014; SOUZA; ARAUJO; ARAÚJO; SILVA, 2014; RAUPP; ABREU; ABREU, 2015; BERNARDES; SANTOS; ROVER, 2015; SILVA; RUE, 2015; BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015; SOUZA; CURI; NUINTIN, 2019).

A literatura acadêmica aponta, ainda, a subutilização do potencial interativo do ambiente virtual, uma vez que as práticas de governança eletrônica observadas na coleta de dados dos artigos selecionados estão mais relacionadas à oferta de informações do que à participação efetiva do cidadão nas decisões governamentais (CUNHA; COELHO; POZZEBON, 2014; SOUZA; ARAUJO; ARAÚJO; SILVA, 2014; FREITAS; LIMA; LIMA, 2015; WEGNER; SCHRÖEDER; HOFF, 2015; RAMPELOTTO; LÖBLER; VISENTINI, 2015; SAMPAIO, 2016; SILVA; PAIVA JUNIOR; SOUSA JÚNIOR, 2016; BRAGA; GOMES, 2016; SALGADO; AIRES, 2017; KLEIN; GONÇALVES-DIAS; JAYO, 2018; TAVARES; CERQUINHO; PAULA, 2018; PRZEYBILOVICZ; CUNHA; MEIRELLES, 2018; SOUZA; CURI; NUINTIN, 2019). Ou seja, de modo geral, não estão sendo explorados devidamente os recursos tecnológicos e o ambiente virtual perde; assim, seu potencial de transformação e empoderamento. Como exemplo, foi observado o desinteresse em processos de orçamento participativo quando esses restringem a participação popular a votações eletrônicas, distanciando-se do sentido deliberativo. Em decorrência, os cidadãos interessados em utilizar as TICs para a melhoria dos processos democráticos acabam perdendo o interesse, o que reduz a participação.

A desigualdade de acesso às tecnologias pelos cidadãos se constitui em um desafio no uso de tecnologias nas práticas de governança uma vez que os grupos mais escolarizados e de maior renda são os que possuem condições de se apropriar das novas linguagens e equipamentos introduzidos pelas novas tecnologias (FREITAS; LIMA;

LIMA, 2015; VAZ, 2017; ARAÚJO; REINHARD; CUNHA, 2018; PRZEYBILOVICZ; CUNHA; MEIRELLES, 2018). Ainda sobre as condições de acesso, temos a situação das pessoas com necessidades especiais. Os portais públicos pesquisados não contemplam plenamente os padrões mínimos orientados pela Cartilha de Acessibilidade, o que impossibilita ou dificulta a inclusão dos cidadãos portadores de deficiência (SILVA; RUE, 2015; RAUPP; ABREU; ABREU, 2015; RAMPELOTTO; LÖBLER; VISENTINI, 2015; SALGADO; AIRES, 2017). Aspectos como páginas com a descrição dos recursos de acessibilidade, teclas de atalho, barra de acessibilidade e conteúdo alternativo para imagens são alguns dos citados como importantes para uma ampla inclusão digital.

Pode-se apontar ainda os desafios relacionados à observância da Lei de Acesso à Informação - LAI, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas (BERNARDES; SANTOS; ROVER, 2015; WEGNER; SCHRÖEDER; HOFF, 2015; GAMA; RODRIGUES, 2016; SALGADO; AIRES, 2017). Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. Artigos pesquisados apontam que mais de 90% dos sites não estão estruturados de acordo com o que preconiza a LAI, prejudicando a efetiva participação e a democracia. Como exemplo, podemos citar a ausência de um padrão para a identificação da seção ‘Acesso à Informação’ nos portais, assim como a falta de adesão às diretrizes estabelecidas pelo Guia, podendo inviabilizar o acesso do cidadão às informações, ainda que as mesmas existam e estejam disponíveis.

Outro bloco de desafios aponta para questões mais gerais entre as tecnologias e o contexto social. Neste bloco encontram-se barreiras relacionadas a práticas políticas tradicionais, como o burocratismo, a resistência à inovação, questões de apropriação das tecnologias emergentes pela gestão pública e a cultura do sigilo se sobrepondo à cultura do acesso (BERNARDES; SANTOS, ROVER, 2015; FREITAS; LIMA; LIMA, 2015; VAZ, 2017; PRZEYBILOVICZ; CUNHA; MEIRELLES, 2018; FABRIZ; GOMES; MELLO, 2018; SOUZA; CURTI; NUINTIN, 2019). Neste sentido, aspectos como a dinâmica do sistema político sobre o funcionamento do Estado, o ritmo da gestão das políticas públicas e o da evolução dos aparatos tecnológicos, a criação de estratégias de âmbito local para promoção de novos espaços de interação popular, a prevalência da lógica burocrática, a necessidade de políticas gerais de governança eletrônica, fragilidades em termos de capacidades para a gestão das políticas e a apropriação desigual dos desenvolvimentos tecnológicos aplicados à gestão, devem ser considerados.

No Quadro 9, é possível encontrar todos os desafios identificados no uso das tecnologias na governança eletrônica.

OS DESAFIOS NO USO DAS TECNOLOGIAS NA GOVERNANÇA ELETRÔNICA
Desenvolver indicadores de governança.
Relacionar o porte dos municípios e suas práticas de governança eletrônica.
Utilizar plenamente o potencial interativo do ambiente virtual.
A desigualdade de acesso às tecnologias pelos cidadãos.
A desigualdade na acessibilidade aos portais públicos.
O descumprimento da Lei de Acesso à Informação - LAI.
Ausência de práticas políticas inovadoras.

Quadro 9 – Os desafios no uso das tecnologias na governança eletrônica.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

Segue, por fim, as considerações finais do artigo, com base nos resultados citados.

5. Conclusões

Com base na análise da produção acadêmica identificada, segundo os critérios desta revisão sistemática de literatura, algumas considerações sobre desafios enfrentados no uso das tecnologias nas práticas de governança eletrônica no âmbito da gestão pública são a seguir apresentadas.

Cabe destacar que os desafios identificados apontam para a importância dos aspectos contextuais no quais se inserem o uso das tecnologias. Ou seja, os desafios que foram relacionados à governança eletrônica não se referem, predominantemente, a dificuldades na capacidade técnica ou tecnológica para desenvolver soluções que atendam necessidades da governança pública. Nem tão pouco dizem respeito a lacunas na estrutura legal que rege o campo em estudo.

Questões relacionadas aos limites no acesso à informação, à subutilização do potencial interativo do ambiente virtual, à exclusão digital de grande parte da população, são fenômenos associados à cultura política tradicional brasileira que não favorece a cidadania participativa. O ritmo da mudança dos gestores públicos e a mobilização dos cidadãos encontram-se, muitas vezes, em descompasso com as possibilidades tecnológicas contemporâneas. Por outro lado, a construção de indicadores para avaliação da qualidade das práticas de governança eletrônica da gestão pública poderá atuar como aceleradora desse processo ao promover comparações e debates.

Como sugestões de pesquisas futuras, podemos citar a realização de uma revisão sistemática da literatura mais ampla, envolvendo a análise da produção acadêmica internacional, incorporando os idiomas espanhol e inglês e também outros portais de periódicos. Além de revisões sistemáticas, estudos envolvendo coleta de dados primários, poderão investigar outras ocorrências do fenômeno, de modo a ampliar o entendimento sobre o uso das tecnologias da informação nas práticas de governança eletrônica pública.

Referências

- ARAUJO, M. H.; REINHARD, N. Fatores que influenciam o uso de serviços de governo eletrônico no Brasil. **Revista de Gestão**, v. 22, n. 4, p. 585-596, 2015.
- ARAUJO, M.; REINHARD, N.; CUNHA, M. Serviços de governo eletrônico no Brasil: uma análise a partir das medidas de acesso e competências de uso da internet. **Rev. Adm. Pública** [online], v. 52, n.4, p. 676-694, 2018.
- BAIRRAL, M.; SILVA, A.; ALVES, F. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 643-675, 2015.
- BERNARDES, M.; SANTOS, P.; ROVER, A. Ranking das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 761-792, 2015.
- BRAGA, L.; GOMES, R. Participação eletrônica e suas relações com governo eletrônico, efetividade governamental e accountability. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 487-506, 2016.
- BRASIL, Ministério da Economia. **Governo Eletrônico**. Disponível em: <www.governodigital.gov.br/EGD/historico-1/historico>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- CAPELLA, A. **A política brasileira de governo eletrônico: um estudo sobre o "Portal Brasil"**. In: Encontro de Administração Pública e Governança da Anpad, Rio de Janeiro: AnPAD, 2010. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enapg207.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2019.
- CASSUNDÉ, F.; BARBOSA, M.; MENDONÇA, J. Entre revisões sistemáticas e bibliométricas: como tem sido mapeada a produção acadêmica em administração no Brasil? **Inf. Inf.**, Londrina, v. 23, n. 1, p. 311-334, 2018.
- CGI.br, Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Setor Público Brasileiro – TIC Governo Eletrônico (2017a)**. Disponível em: <https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2017_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- _____. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – TIC Domicílios (2017b)**. Disponível em: <https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic_dom_2017_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

- COSTA, E. S.; CASTRO, D. S. P.; CAPPELLOZZA, A. Adoção e uso de portais de governo eletrônico no ambiente do sistema nacional de ciência e tecnologia e inovação: um estudo baseado no modelo UTAUT. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 13, n. 3, p. 286-300, 2014.
- CUNHA, M.; MIRANDA, P. O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. **Organ. Soc.** [online], Salvador, v. 20, n. 66, p. 543-566, 2013.
- CUNHA, M.; COELHO, T.; POZZEBON, M. Internet e participação: o caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte. **Rev. Adm. Empres.** [online], São Paulo, v. 54, n. 3, p. 296-308, 2014.
- DINIZ, E.; BARBOSA, A.; JUNQUEIRA, A.; PRADO, O. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Rev. Adm. Pública** [online], vol. 43, n. 1, p. 23-48, 2009.
- FABRIZ, S. M.; GOMES, A. R. V.; MELLO, G. R. Governança Eletrônica: Uma Análise Bibliométrica dos Periódicos Nacionais e Internacionais. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 21, n. 3, p. 320-338, 2018.
- FRANCO, L.; REZENDE, D.; FIGUEIREDO, F.; NASCIMENTO, C. Nível de Divulgação Eletrônica da Contabilidade Pública dos Municípios do Paraná no Ambiente da Internet. **Revista de Ciências da Administração** [online], Florianópolis, p. 140-153, 2014.
- FREITAS, C.; LIMA, F.; LIMA, F. Os Desafios ao Desenvolvimento de um Ambiente para Participação Política Digital: o Caso de uma Comunidade Virtual Legislativa do Projeto e-Democracia no Brasil. **Organ. Soc.** [online], vol. 22, n. 75, p. 639-658, 2015.
- FREITAS, R.; LUFT, M. Índice de governança eletrônica nos municípios: uma análise do estado de Sergipe. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa** [online], v. 13, n. 1, p. 56-73, 2014.
- FREY, K. Governança urbana e participação pública. **RAC - Eletrônica**, v. 1, n. 1, art. 9, p. 136-150, 2007.
- GAMA, J.; RODRIGUES, G. Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras. **TransInformação** [online], v. 28, n. 1, p. 47-57, 2016.
- KLEIN, F.; GONÇALVES-DIAS, S.; JAYO, M. Gestão de resíduos sólidos urbanos nos municípios da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê: uma análise sobre o uso de TIC no acesso à informação governamental. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, n. 1, p. 140-153, 2018.
- MAGNAGNANO, O.; LUCIANO, E.; WIEDENHÖFT, G. Redução dos Níveis de Corrupção no Brasil: Qual o papel da Tecnologia da Informação e Comunicação? **Revista Gestão.Org.** [online], v. 15, Edição Especial, p. 157-170, 2017.
- OLIVEIRA, A.; PISA, B. IGovP: índice de avaliação da governança pública - instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 5, p. 1263-1290, 2015.
- PEREIRA, S. Governança eletrônica na administração pública: estudo de caso sobre a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e. **Revista Razão Contábil & Finanças** [online], Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2014.
- PRZEYBILOVICZ, E.; CUNHA, M.; MEIRELLES, F. O uso da tecnologia da informação e comunicação para caracterizar os municípios: quem são e o que precisam para desenvolver ações de governo eletrônico e *smart city*. **Rev. Adm. Pública** [online], v. 52, n. 4, p. 630-649, 2018.
- QUEVEDO-SILVA, F., ALMEIDA SANTOS, E., BRANDÃO, M., VILS, L. Estudo Bibliométrico: Orientações sobre sua Aplicação. **Revista Brasileira de Marketing** [online], v. 15, n. 2, p. 246-262, 2016.
- RAMPELOTTO, A.; LÖBLER, M.; VISENTINI, M. Avaliação do sítio da Receita Federal do Brasil como medida da efetividade do governo eletrônico para o cidadão. **Rev. Adm. Pública**, v. 49, n. 4, p. 959-983, 2015.
- RAUPP, F. Prestação de Contas de Executivos Municipais de Santa Catarina: uma Investigação nos Portais Eletrônicos. **Administração Pública e Gestão Social** [online], v. 6, n. 3, p. 151-158, 2014.
- RAUPP, F.; ABREU, E.; ABREU, M. Disponibilização de Informações à Sociedade em Meios Eletrônicos: Um Estudo nas Prefeituras dos Maiores Municípios Brasileiros. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 14, n. 42, p. 41-54, 2015.
- SALGADO, C.; AIRES, R. Governo eletrônico no Rio Grande do Norte: uma avaliação de prefeituras municipais a partir de lei de acesso à informação. **Perspect. ciênc. inf.** [online], Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 98-115, 2017.
- SAMPAIO, R. e-Orçamentos Participativos como iniciativas de e-solicitação: uma prospecção dos principais casos e reflexões sobre a e-Participação. **Rev. Adm. Pública** [online], v. 50, n. 6, p. 937-958, 2016.
- SILVA, E.; PAIVA JUNIOR, F.; SOUSA JÚNIOR, J. Aplicação da Governança Eletrônica na Área de Educação

- Pública: O Caso do Portal Sistema de Informações da Educação de Pernambuco – SIEPE. **Revista Gestão.Org.** [online], v. 14, Edição Especial, p. 188-199, 2016.
- SILVA, R.; RUE, L. A acessibilidade nos sites do Poder Executivo estadual à luz dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 315-336, 2015.
- SOUZA, F. J. V.; ARAUJO, A. O.; ARAÚJO, F. R.; SILVA, M. C. Análise das práticas de governança eletrônica dos municípios mais populosos do Brasil: um estudo baseado no modelo de Mello (2009). **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p. 62-77, 2014.
- SOUZA, P. R. R.; CURI, M. A.; NUINTIN, A. A. Práticas de Governo Eletrônico nos Municípios: Um Estudo da Mesorregião do Sul e Sudoeste do Estado de Minas Gerais. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 9, n. 1, p. 64-73, 2019.
- TAVARES, W.; CERQUINHO, K.; PAULA, A. Participação virtual na gestão pública no âmbito municipal: Uma Análise dos Portais Eletrônicos das Capitais Brasileiras. **Desenvolvimento em Questão** [online], v. 16, n. 43, p. 263-290, 2018.
- UNITED NATIONS. **Department of Economic United Nations e-government survey 2016: e-government in support of sustainable development**. Nova York: United Nations Publications, 2016.
- VAZ, J. C. **Limites e possibilidades do uso de portais municipais para promoção da cidadania: a construção de um modelo de análise e avaliação**. Tese (doutorado) - EAESP/FGV, São Paulo. 2003.
- _____. Transformações tecnológicas e perspectivas para a gestão democrática das políticas culturais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 22, n. 71, p. 83-102, 2017.
- _____. **Governança eletrônica: para onde é possível caminhar?** Boletim Dicas, Instituto Pólis. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/745/745.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- WEGNER, D.; SCHRÖEDER, C. S.; HOFF, D. R. Governo Eletrônico: Análise de Websites dos Governos Municipais do Vale do Rio Pardo (RS). **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 32, p. 209-239, 2015.

¹Criado pela Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995, o Comitê Gestor da Internet no Brasil é a estrutura multissetorial responsável por coordenar e integrar as iniciativas relacionadas ao uso e funcionamento da Internet no Brasil.